



DECLARAÇÃO **XIII CONGRESSO ORDINÁRIO E EXTRAORDINÁRIO "LUIS IGUINI"**

No contexto da pior pandemia enfrentada pela humanidade no último século, a CLATE realiza o XIII Congresso Ordinário e Extraordinário "Luis Iguini" em homenagem a um dos fundadores desta experiência cinquentenária de coordenação sindical latino-americana e caribenha. Este contexto não é gratuito para a nossa Confederação e nos obriga, pela primeira vez, a manter a nossa máxima instância orgânica em um âmbito virtual, através de videoconferência e à distância.

A pandemia coloca o mundo inteiro à prova. Em todos os cantos do planeta, o sistema capitalista mostrou sua ineficácia em atender às necessidades da humanidade. Ao mesmo tempo, expôs a pior face do sistema global, trazendo à tona a desigualdade no acesso às vacinas e tecnologias médicas necessárias para salvar vidas. Isto foi denunciado pelas Nações Unidas, cujo Secretário-Geral declarou que um número reduzido de 10 nações monopolizou o 75% das vacinas e medicamentos para combater a Covid-19. Trata-se de um conflito dramático, que tem como pano de fundo o sistema abusivo de patentes médicas, que favorece os interesses dos laboratórios e das corporações farmacêuticas globais sob o pretexto de proteger a propriedade intelectual.

A pandemia da Covid-19 é também o outro lado de uma crise sanitária ligada à crise ambiental e sistêmica. A origem dos super agentes patogênicos está diretamente relacionada à destruição de ecossistemas historicamente preservados pelos povos camponeses e indígenas. Tudo indica que, se este modo de produção continuar, teremos incontáveis novos vírus que se tornarão novas pandemias.

Aqueles que insistem nesta estrada estão cegos à realidade ou a negam resolutamente, apesar da abundante evidência científica disponível. E o negacionismo deve ser combatido porque tem efeitos devastadores. Do mesmo modo que negar as mudanças climáticas e insistir em práticas destrutivas da natureza coloca o planeta na corda bamba, negar os efeitos devastadores da pandemia da Covid-19 aumentou o número de mortes evitáveis. Basta mencionar o triste exemplo do Brasil, onde o presidente Jair Bolsonaro submeteu seu povo a um verdadeiro genocídio ao ignorar as evidências científicas sobre a pandemia, desencorajar as medidas de cuidado, minimizar os riscos da doença e até questionar a eficácia das vacinas e recomendar tratamentos ineficazes.

Mas o flagelo desta doença, que causou mais de 4,5 milhões de mortes no mundo todo, também mostrou a solidariedade e o compromisso de milhões de trabalhadoras e trabalhadores da saúde que lutaram contra a pandemia na linha de frente. Também deixou



claro como a intervenção estatal é a única ferramenta para responder a problemas da magnitude e profundidade dos criados pela Covid-19.

Foi o Estado que adquiriu e distribuiu as vacinas que foram e estão sendo usadas em nossos países. Com o Estado, com mais sorte nos países onde o setor público tem mais recursos, foi possível lidar com a enorme necessidade de atendimento médico que os sistemas de saúde privados não conseguiram satisfazer. Foi a partir do investimento acumulado ao longo dos anos pelos Estados, através da alocação de fundos públicos para pesquisa de tratamento e desenvolvimento de vacinas, que foi possível avançar em tempo recorde nas estratégias para enfrentar a pandemia.

No entanto, este Estado, que foi revalorizado por seu papel sanitário e pela demanda de apoio para enfrentar a crise econômica e social agravada pela pandemia, não é o Estado que queremos. É um Estado endividado e que está estruturado para favorecer os interesses do capital concentrado. Um Estado que não abandona o modelo neoliberal e que alimenta a inserção dos nossos países na divisão internacional do trabalho no papel de exportadores de matérias primas. Para este fim, reforça-se o caminho fracassado dos acordos de livre comércio, dos quais pouco se fala, mas que são assinados na sombra, lenta mas progressivamente, ignorando o repúdio evidenciado pelos nossos povos quando disseram não à ALCA em 2005.

Hoje não há espaço para um regime neocolonial como o proposto pelo capital transnacional. Não há espaço porque, no contexto atual de mudanças climáticas e destruição ambiental causada pelas atividades extrativistas, a natureza deu um basta. Das montanhas à selva, a natureza deu um basta. Os Andes deram um basta e a Amazônia deu um basta. E acima de tudo, as pessoas que durante centenas de anos aprenderam a viver em harmonia e equilíbrio com a Mãe Terra dão um basta.

Portanto, faz-se necessária uma luta frontal contra o modelo capitalista-neoliberal para a defesa do meio ambiente. Da mesma forma, são necessárias medidas drásticas para deter o aquecimento global, de modo que até o final do século 21 este não supere os 2°C acima da temperatura média global pré-industrial. Devemos ser claros: a luta é para mudar o sistema, não o clima.

Também não há espaço para um Estado mínimo e uma economia cujas promessas de progresso se limitam ao suposto bem-estar que o crescimento baseado na exportação de commodities poderia oferecer. Nossas sociedades precisam de um Estado produtivo, que aumente a demanda e o emprego e que elabore orçamentos para implementar políticas públicas que garantam direitos. "Por favor, gastem. Gastem o máximo que puderem e um pouco mais", disse a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, no início deste ano. Costuma-se dizer que "a confissão é a rainha das provas". No entanto, esta mensagem era para os governos e os bancos centrais dos países ricos. Para os países da América Latina e do Caribe,



o FMI prega a redução do déficit fiscal e a obrigação de honrar as dívidas, independentemente de sua origem fraudulenta.

Nos países ricos, a receita é sempre diferente. Por exemplo, o próprio presidente dos EUA, Joe Biden, disse aos empresários do país que pagassem salários mais altos a seus funcionários. Nestas latitudes, há uma insistência em uma maior flexibilidade trabalhista, redução dos benefícios e eliminação da proteção contra a demissão arbitrária. Enquanto o mundo está debatendo a redução do horário de trabalho e um salário básico universal, em nossa região as trabalhadoras e os trabalhadores precisam de dois ou três empregos para sobreviver e, em muitos países, a negociação coletiva é uma utopia mesmo no emprego estatal.

Mas as trabalhadoras e os trabalhadores da região não só enfrentam empregos precários, falta de negociação coletiva e baixos salários. Hoje, após uma vida inteira de trabalho, milhões de homens e mulheres latino-americanos em idade de aposentadoria veem negado o direito a uma velhice digna. A existência de pensões abaixo da linha de pobreza, ou a falta de acesso a esses benefícios, é o resultado da privatização dos sistemas previdenciários nas mãos da especulação financeira. Longe de reverter este processo fracassado, muitos países insistem na privatização de esquemas que permanecem sob controle público. Diante disso, nós, as trabalhadoras e os trabalhadores do Estado, reafirmamos nossa defesa dos sistemas previdenciários públicos, solidários e com um regime de repartição.

Este Estado e o estado de coisas em que vivemos devem mudar. Mas para que o Estado mude, e o mundo no qual o convidamos a intervir, ele precisa ser dotado de recursos. Precisamos de uma reforma fiscal que reformule o sistema tributário para que aqueles que têm mais paguem mais. A inequidade dos sistemas tributários criou um paradoxo. Os mais ricos fazem campanha contra os impostos quando eles pagam menos. E os pobres, com boas razões porque pagam mais, acabam acreditando que pagar impostos é errado.

Os impostos são necessários para sustentar a saúde pública, a educação pública, a segurança pública, os serviços sociais e de assistência, assim como muitas outras obrigações do Estado. Devemos, portanto, direcionar nossas críticas para a tributação regressiva, evasão fiscal e fuga de capitais. Os escândalos "Panamá Papers" e "Pandora Papers" expuseram um problema sistêmico. Os impostos não devem ser eliminados, mas os principais empresários e governantes que escondem o patrimônio em paraísos fiscais devem ser obrigados a pagá-los.

Os paraísos fiscais são verdadeiros paraísos para o capital transnacional. É ali que os países ricos devem voltar sua atenção se estiverem realmente interessados em corrigir os desequilíbrios que levam as nossas sociedades a uma crise. Na América Latina e no Caribe, não precisamos dos EUA, da OEA, do FMI ou de qualquer nação europeia para auditar nossos problemas ou interferir em nossos assuntos internos. Como a CELAC proclamou em 2014, a América Latina é uma "zona de paz". Devemos defender este status diante da interferência



estrangeira que promove golpes de Estado (como aconteceu recentemente na Bolívia), que ameaça com intervenção militar (como na Venezuela) ou que há mais de 60 anos mantém o criminoso bloqueio genocida contra Cuba, que denunciamos e repudiamos.

É claro que este mundo deve mudar e deve mudar urgentemente. Esta não é uma exigência do sindicalismo estatal, mas dos povos. Foi o pedido do povo chileno em outubro de 2019 e hoje se prepara para votar uma nova Constituição, para dar origem a um novo pacto social e plurinacional. Foi o pedido do povo equatoriano nesse mesmo ano e do povo colombiano neste ano, em processos que ainda estão abertos. Foi o pedido do povo boliviano quando derrubou o golpe de Estado. Foi o pedido do povo da Argentina quando rejeitou o retorno do modelo neoliberal sob a tutela do FMI. Também foi o pedido do povo do Peru, quando elegeu democraticamente um projeto nascido da classe trabalhadora e do povo para dismantelar a arquitetura do Estado neoliberal. E do povo e do sindicalismo do Uruguai quando coletaram 800.000 assinaturas para derrubar a Lei de Urgente Consideração por ser antipopular e repressiva. E os povos continuarão lutando para dar um basta.

Temos que colocar em perspectiva uma visão global da importância de discutir um modelo de seguridade social solidário e sustentável para os nossos companheiros e companheiras. Temos que avançar nas discussões e ações para a proteção da seguridade social em toda a América Latina e o Caribe.

Neste grito de basta funde-se a voz das mulheres, que hoje dá ímpeto à luta e à conquista de novos direitos. O movimento de mulheres e sindicalistas feministas, fonte de vitalidade esmagadora, conseguiu estabelecer uma agenda de reivindicações que inclui a denúncia e o repúdio à violência machista e às estruturas patriarcais no Estado e na sociedade. Esta agenda também incorpora o empoderamento de milhões de companheiras na demanda por igualdade de gênero e de direitos, paridade e equidade no acesso às oportunidades, e a luta pela soberania e autonomia sobre seus corpos. Devemos promover a mais ampla participação das mulheres e dos jovens em todas as esferas.

As desigualdades e as múltiplas violências contra as mulheres em sua diversidade são intrínsecas ao modelo econômico capitalista. Ele é sustentado pelo trabalho não reconhecido e não remunerado das mulheres - especialmente cuidados e atividades reprodutivas - que continua sendo a principal razão pela qual as mulheres deixam a força de trabalho. Durante a pandemia, milhões de mulheres têm aumentado o trabalho em casa, nas ruas na economia informal e em bairros e territórios. O lockdown e/ou quarentena em alguns países deixaram muitas mulheres e menores de idade mais vulneráveis e forçadas a viver com seus agressores, o que aumentou a taxa de feminicídios.

As lutas atuais também encontram nossos povos originários de pé e na ofensiva como sujeitos protagonistas. Marginalizados e invisibilizados durante séculos, forçados a assimilar-se em nossas sociedades, renunciando à identidade e à cultura, e condenados à pobreza pela desapropriação de seus territórios e bens comuns, hoje também levantam sua voz. Do povo



mapuche no Chile e na Argentina, à minga indígena colombiana, da CONAIE equatoriana aos povos da Amazônia, as comunidades indígenas (especialmente as mulheres) tornaram-se verdadeiros guardiões de seus territórios diante de um sistema que procura transformar a América Latina e o Caribe em um mero enclave extrativista.

Para o sindicalismo estatal, portanto, há grandes desafios à nossa frente. Sem dúvida, um deles é persistir na defesa incansável dos direitos trabalhistas dos funcionários públicos. Mas também devemos assumir a luta por um Estado inclusivo, soberano e orientador de uma economia que garanta o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Nesta estrada, a CLATE também deve continuar desenvolvendo e aprofundando a política de Direitos Humanos como uma prioridade. Porque no final das contas, as trabalhadoras e os trabalhadores estatais da região têm um destino histórico juntamente com nossos povos para o estabelecimento de uma nova sociedade sem explorados nem exploradores.

Não podemos pensar nesta luta sozinhos, devemos enfrentá-la juntamente com todo o movimento sindical e os povos de nossa região. Devemos concentrar nossos esforços dos próximos anos nesta articulação política e social. Porque estamos convencidos de que um outro mundo é possível e necessário. Cabe a nós torná-lo uma realidade.

Parar a barbárie capitalista é a tarefa central do nosso tempo. Precisamos banir o domínio do capital sobre a vida, construir um mundo justo, igualitário e soberano, para que todas e todos possamos viver com dignidade e paz.